

  <https://doi.org/10.56238/aboreducadesenvomundiv1-028>

Ana Júlia Silva Santos

Discente do curso de licenciatura em geografia; pesquisadora de iniciação científica – UESB.
E-mail: anajuliasilvasantos967410@gmail.com

RESUMO

Tendo em vista a importância da acessibilidade, especialmente às pessoas com deficiência que utilizam de cadeiras de rodas para sua locomoção, entendeu-se necessário abordar a forma como a acessibilidade, ou a falta dela, afeta a vida das mulheres responsáveis pelos seus lares e que tem renda mensal de até três salários mínimos, consideradas, portanto, como mulheres de baixa renda. Essa discussão ganha maior importância na medida em que, de acordo com dados do IBGE há um grande número de mulheres na posição de

chefes de família e a falta de acessibilidade pode, de alguma forma, aumentar as dificuldades vivenciadas por muitas delas, pois ela mesmo ou membros da família podem não ter garantido o seu direito à locomoção plenamente atendido. Necessariamente a falta de acessibilidade nas áreas habitacionais se constitui como precariedade, ao mesmo tempo que não cria condições para que as pessoas com deficiência, consiga facilmente superar obstáculos. Nesse sentido é possível de se perguntar como esse problema contribui para a ampliação do trabalho da mulher de baixa renda nos assentamentos precários.

Palavras-chave: Acessibilidade, Locomoção, Renda.

1 INTRODUÇÃO

A trajetória das mulheres no Brasil sempre foi repleta de dificuldades e preconceitos, pois são, de forma misógina e preconceituosa, consideradas inferiores, incapazes e por consequência submissas. A possibilidade de haver uma mulher chefiando um lar era colocada na invisibilidade até próximo ao final do século passado. Mesmo com o direito ao voto conquistado no início do século XX, e ampliação da liberdade sexual, especialmente na década de 1960. Com o decorrer do tempo, entretanto, essa realidade, começou a mudar e - através de muitas lutas - a realidade de voz ativa a essa parcela, a possibilidade de trabalhar e, enfim, ter o reconhecimento do gerenciamento dos seus lares, rompendo, de certo modo, com a hegemonia masculina, começou a ocorrer.

Contudo, a conquista da independência feminina trouxe à superfície inúmeros impasses que são ainda mais alarmantes, como a dupla jornada de trabalho, pois além de trabalharem fora, ainda carregam a responsabilidade de chefiar seus lares; preconceitos enfrentados pelo simples fato de serem mulheres como, por exemplo, salários menores; dentre tantos outros. Tais dificuldades se acentuam de forma mais intensa àquelas que são de baixa renda, pois uma grande parte é excluída do acesso à água, rede de esgoto, energia elétrica, etc. conforme explicita dados do IBGE, alguns dos quais serão motivo de análise neste texto.

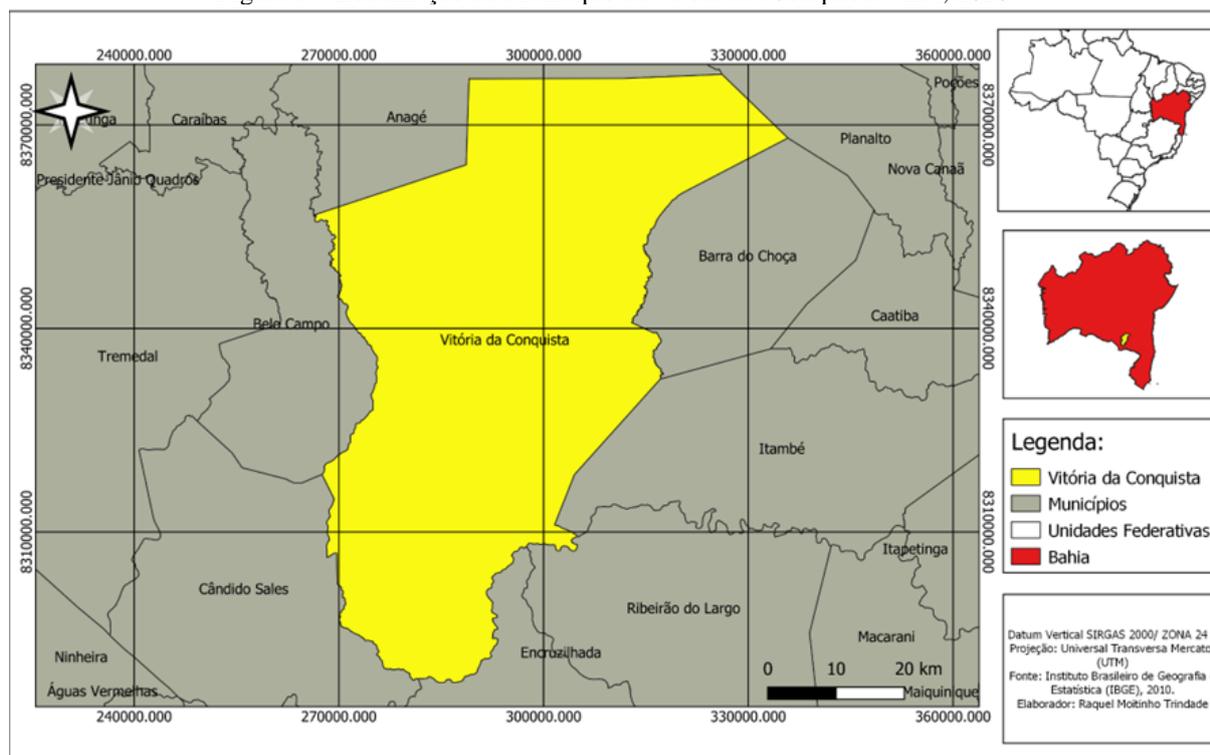
Um dos problemas a contribuir para ampliar a demanda de trabalho sobre as mulheres é a falta de rampas nos passeios das cidades. Mais especificamente para aquelas que tem algum tipo de deficiência, idosas ou cuidam de pessoas com algum tipo de dificuldade de locomoção. Tal problemática, de igual modo, também traz consigo raízes entrelaçadas na formação das sociedades e que também carrega uma história de preconceito, inferioridade e incapacidade, vistas nas segregações sociais e socioespaciais enfrentadas pelas mulheres. Tais rotulações impedem a realização de ações de ajuda e do próprio cumprimento dos direitos destas; quando há, como pode ser observado nessa informação do sindicato dos bancários da cidade de Vitória da Conquista - BA, extraído do site da prefeitura municipal, falando da ausência de acessibilidade no meio bancário, que impossibilita a locomoção dos deficientes.

Em vista do tamanho da dificuldade enfrentada por cada mulher residente em ambientes precários como chefiar seus lares com uma renda insuficiente e ainda necessitar de acessibilidade, sua sobrevivência acaba sendo extremamente conturbada e árdua, pois lidam com duas dificuldades historicamente evidentes, além da renda precária, no caso daquelas que recebem menos de três salários mínimos, para custear seus lares. Tais problemas se acentuam à medida em que, nas cidades não são tomados os cuidados necessários para sanar problemas estruturais relacionados à acessibilidade pois, ao longo do tempo, não são vistos como prioridades, a cidade de Vitória da Conquista- BA é um dos exemplos disso.

Diante dessa questão, torna-se necessário entender efetivamente como esse problema se manifesta em Vitória da Conquista- BA pois, com seu esclarecimento, deve ser possível indicar formas de gerar melhorias que reduzam o peso dessas carências junto às mulheres de baixa renda responsáveis por seus domicílios.

O problema destacado anteriormente foi estudado, como demonstrado, na cidade de Vitória da Conquista- BA, sede do município de mesmo nome que faz parte, na regionalização do estado da Bahia, do território de identidade do Sudoeste Baiano (Figura 1). O município contava com uma população estimada em 341.128 habitantes em 2020 de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) distando aproximadamente 518 Km da capital do estado.

Figura 1 – Localização do Município de Vitória da Conquista – BA, 2020.



Sendo de suma importância a abordagem do assunto, pelo fato de envolver três problemas enraizados na sociedade brasileira: a desigualdade de gênero, a desigualdade social e a falta de acessibilidade como mais uma característica dos assentamentos precários. Tendo como objetivo maior, a apresentação do problema de uma forma explicativa para se compreender a dimensão do impasse.

O estudo em questão, portanto, buscou abordar como a precariedade habitacional amplia as dificuldades enfrentadas por essas mulheres de baixa renda responsáveis por seus domicílios. Sua importância está na possibilidade de demonstração de como os problemas de acessibilidade ultrapassam a realidade das pessoas com deficiência ou com algum tipo de mobilidade reduzida sendo ampliada para as pessoas que com elas convivem, especialmente as mulheres.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

No presente projeto, a análise dos dados de ausência de rampas para cadeirantes, bem como a quantidade de mulheres chefes do lar que sobrevivem com até três salários mínimos distribuídos pela cidade de Vitória da Conquista- BA, foram organizados em planilhas de cálculo de forma a facilitar a compreensão de tais informações cujos dados foram obtidos no censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2010. A defasagem temporal se dá porque o censo de 2020 não foi executado em razão da Pandemia de SARS-CoV2.

Tabela 1 – Rendimento domiciliar nominal mensal per capita na cidade de Vitória da Conquista – Bahia – 2010.

Rendimento	Até 1 SM	De 1 a 3 SM	De 3 a 5 SM	De 5 a 10 SM	Mais de 10 SM
Domicílios %	70,50 %	22,33 %	3,96 %	2,37 %	0,84 %

Fonte: censo 2010. Elaborada por: Raquel Moitinho Trindade (2021).

Para uma visualização mais espacial da questão, os dados da planilha foram representados em mapas. Elaboração essa, possível graças ao programa de software não proprietário QGIS que apresenta inúmeros mecanismos de facilidade para a elaboração de mapas legíveis e com uma aparência de qualidade, além de trazer a discussão para um viés mais geográfico na análise dos locais onde a precariedade habitacional é mais acentuada.

Para isso, foi de grande auxílio a utilização de computadores portáteis para a elaboração das informações, bem como de planilhas eletrônicas para a organização das mesmas. Como procedimento, as planilhas foram organizadas em colunas localizando os rendimentos mensais por domicílios.

3 HABITAÇÃO E SEUS IMPASSES

O ato de morar no Brasil sempre foi conflituoso e desigual. Desde a invasão dos portugueses com uma apropriação de terra violenta e que segue assim até a atualidade. O número de pessoas sem terra no país é alarmante: cerca de 20% da população em 2020, de acordo com o IBGE, não detinha a posse parcial ou total da sua habitação, a chamada inadequação fundiária. Para tanto, foi necessário que muitas vezes a ajuda social se fizesse presente na vida dessa parcela da população, na tentativa de conseguir a posse de sua moradia, pois

A construção da casa própria, através da ajuda mútua, constitui a única possibilidade de alojamento para os trabalhadores menos qualificados, cujos baixos rendimentos não permitem pagar aluguel e, muito menos, candidatar-se aos empréstimos do BNH (KOWARICK, Lucio, 1998, p. 55).

O que deixa claro a gigantesca falta de cumprimento no direito à moradia contido no artigo 6º da Constituição de 1988, sendo possível concluir que no Brasil não existe planejamento urbano, existem planos, mas estes não são implantados (MARICATO, 2003), e o motivo está no fato de que “A desigualdade social das cidades brasileiras tem suas causas nas formas com que se organizou nossa sociedade, na maneira com que se confundem o interesse público e o privado” (PLHIS, 2002, p. 15). O que escancara o vergonhoso cenário brasileiro no quesito habitação.

Nesse sentido, uma série de estratégias e reformas para intervir nessa realidade e procurar melhorá-la são necessárias. Ainda segundo o PLHIS, várias questões estão ligadas a abordagem do assunto:

No início de década de 1990, três palavras costumavam entrar na quantificação do déficit habitacional: a demanda demográfica, relativa ao número de unidades que se necessita construir para atender ao crescimento populacional; a demanda de reposição, referente a parte

do estoque de habitações que se deteriora com o tempo e precisa ser repostado; e a demanda latente, relativa às unidades inadequadas que precisam ser substituídas (PLHIS, 2002, p. 90).

O que revela as muitas minuciosidades por traz da questão da habitação e as articulações que fazem esse cenário perpetuar. Como no fato do espaço, assim como uma mercadoria é comprado, e junto com ele as pessoas e suas respectivas culturas e atitudes. E isso é o que promove a produção do espaço, que está interligado com as três partes temporais: passado, presente e futuro (FANI, 2012).

Em que a primeira fase temporal se exemplifica no período do Brasil colônia, refletida na desigualdade de tratamento do indivíduo na terra, desvalorizando o índio e o negro, ao passo que “Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio - e mais tarde de negro - na composição” (FREYRE, 1984, p. 65). E que, desde então, essa exploração da força de trabalho é importante na produção do espaço, ao mesmo tempo que restringe o acesso dessa força de trabalho a esse mesmo espaço por ela produzido.

Como uma ramificação da questão da habitação no Brasil, a precariedade habitacional relacionada às inadequações dentro da residência também se faz presente nesse cenário de restrição ao espaço produzido pela classe trabalhadora. Compreende a falta de energia, água encanada, banheiros exclusivos, etc. fazendo parte da conjuntura de ausência de direitos exercidos e desigualdade social no Brasil, pois “O nível de desenvolvimento diferenciado e as realidades locais associadas a essas transformações contribuíram para o aprofundamento das diferenças territoriais em suas diversas escalas” (SANTANA, 2013, p. 23).

Contribuindo para essa desigualdade, nos assentamentos precários, as irregularidades no entorno das residências também comprovadas pelos dados do IBGE. Como falta de pavimentação, iluminação pública, coleta de lixo, rampas para cadeirantes, esgotamento sanitário e etc., o que demonstra uma atenção desigual do Estado capitalista com esses locais e um real interesse em reverter esse cenário, uma vez que a desigualdade é necessária ao capital, na medida em que o sistema em si é contraditório, pois ao gerar riqueza de um lado, faz-se miséria em outro.

Tais precariedades, afetam de forma ainda mais intensa as pessoas que chefiam seus lares com até três salários mínimos. Realidade ainda pior para as mulheres em tal situação, pois além das diversas privações às quais são submetidas, ainda convivem com o peso da responsabilidade de ser mulher no Brasil: estereótipos historicamente formados de mulher submissa, abusos, assédios, dentre outros. Com a vivência em conjunto da ausência de rampas para cadeirante-sendo algo peculiar dos assentamentos precários - as mesmas enfrentam além da privação de morar adequadamente, a também ausência do direito de circulação e de ir e vir. Isso, destinado às mulheres com deficiência ou que possuem algum familiar em tal situação.

As formas de precariedade vistas até o momento, também podem ser encontradas em Vitória da Conquista – BA, pois, assim como qualquer outra cidade capitalista, os investimentos são direcionados, primordialmente, para locais nos quais haverá maior obtenção de lucro, deixando outros à margem e com o mínimo de qualidade vida. Um exemplo dessa situação está no motivo da elaboração desse texto, na medida em que os dados do IBGE comprovam. O que já vem sendo afirmado repetidamente, há uma aparente coincidência de que os bairros com menor média de renda domiciliar também são aqueles com menor infraestrutura urbana, ou seja, coincidem com os mesmos em que os números de mulheres chefes do lar com até três salários mínimos residem. Isso mostra que há duas problemáticas historicamente entrelaçadas cujas soluções se apresentam distantes, sendo necessário entender que

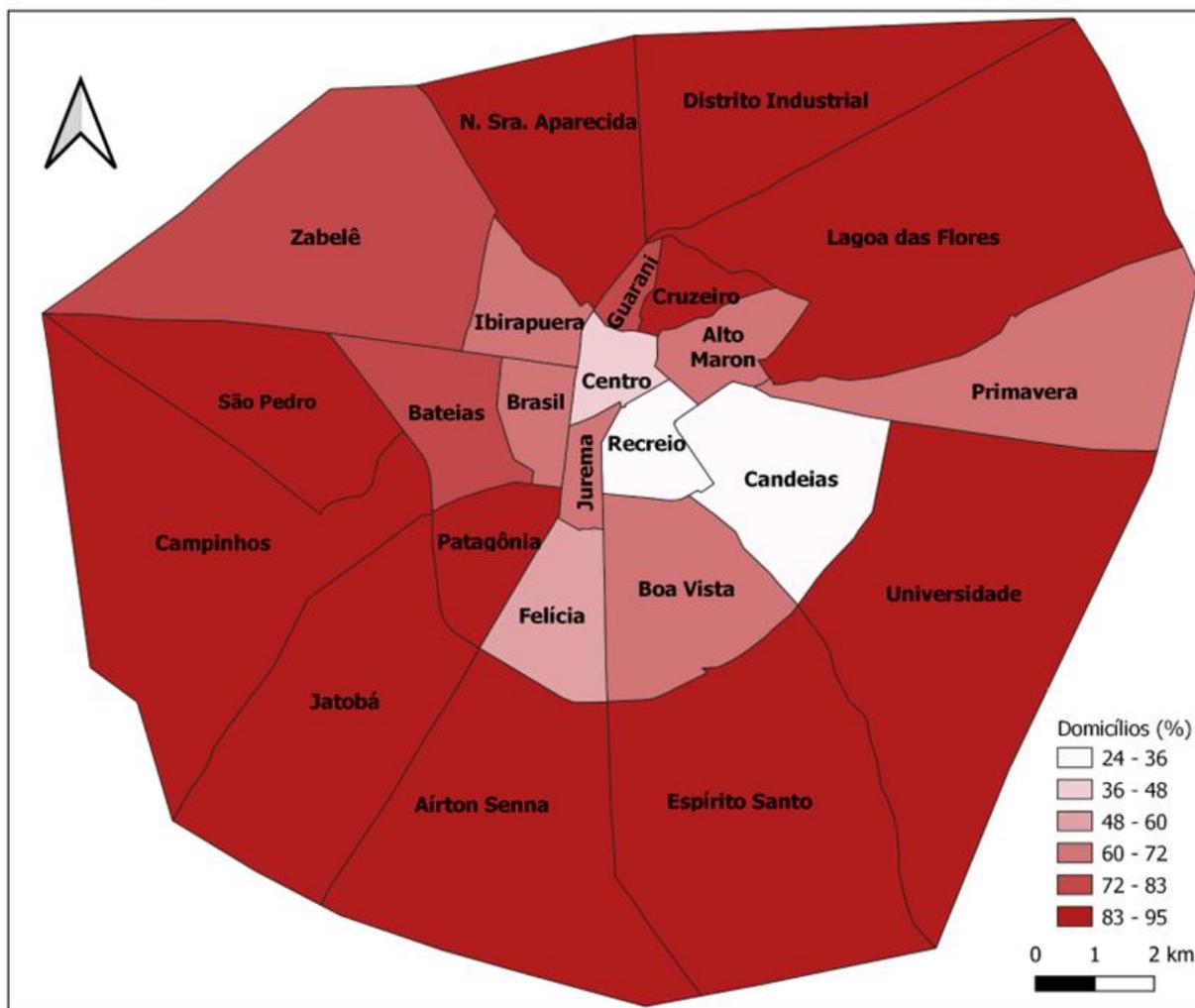
A radicalidade exige a construção de projeto de “sociedade nova”, fundada na produção de um conhecimento capaz de colocar no centro do debate a realização da humanidade do homem, livre das ideologias e das representações vindas do mundo das coisas, manipulado pela comunicação midiática e pelo Estado, apreendendo as possibilidades existentes num mundo em transformação e iluminando resistências e insurgências capazes de romper com a lógica institucional e o produtivismo, para pensar o mundo em sua complexidade (FANI, 2012, p. 54).

Portanto, entende-se que é necessária uma mudança de comportamento por parte de cada indivíduo para tentar promover uma sociedade igualitária que seja digna, de vivência de todos e todas, sem necessidade em recorrer e seguir os tempos remotos.

4 DESIGUALDADE: SINÔNIMO DE PRIVAÇÃO

Pelo que vem sendo observado até o momento é possível inferir que há uma predominância da população de baixa renda nas franjas da cidade. Nesse sentido, a Figura 2 demonstra em quais bairros podem ser encontrados com maior frequência os domicílios particulares permanentes com rendimento abaixo de 1 Salário Mínimo (SM). Essa demonstração auxilia na percepção de uma desigualdade espacial que pode indicar a existência de uma segregação socioespacial dada pela distribuição desigual de renda na sede municipal de Vitória da Conquista – BA. Além, claro, dos estereótipos associados às áreas mais pobres, produzidos desigualmente ao longo da história local, levando os moradores desses bairros, com predominância da população de baixa renda, a não se sentirem no direito de viver completamente a cidade.

Figura 2 – Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de até 1 salário mínimo por bairro- Vitória da Conquista- BA-2010.



Fonte:

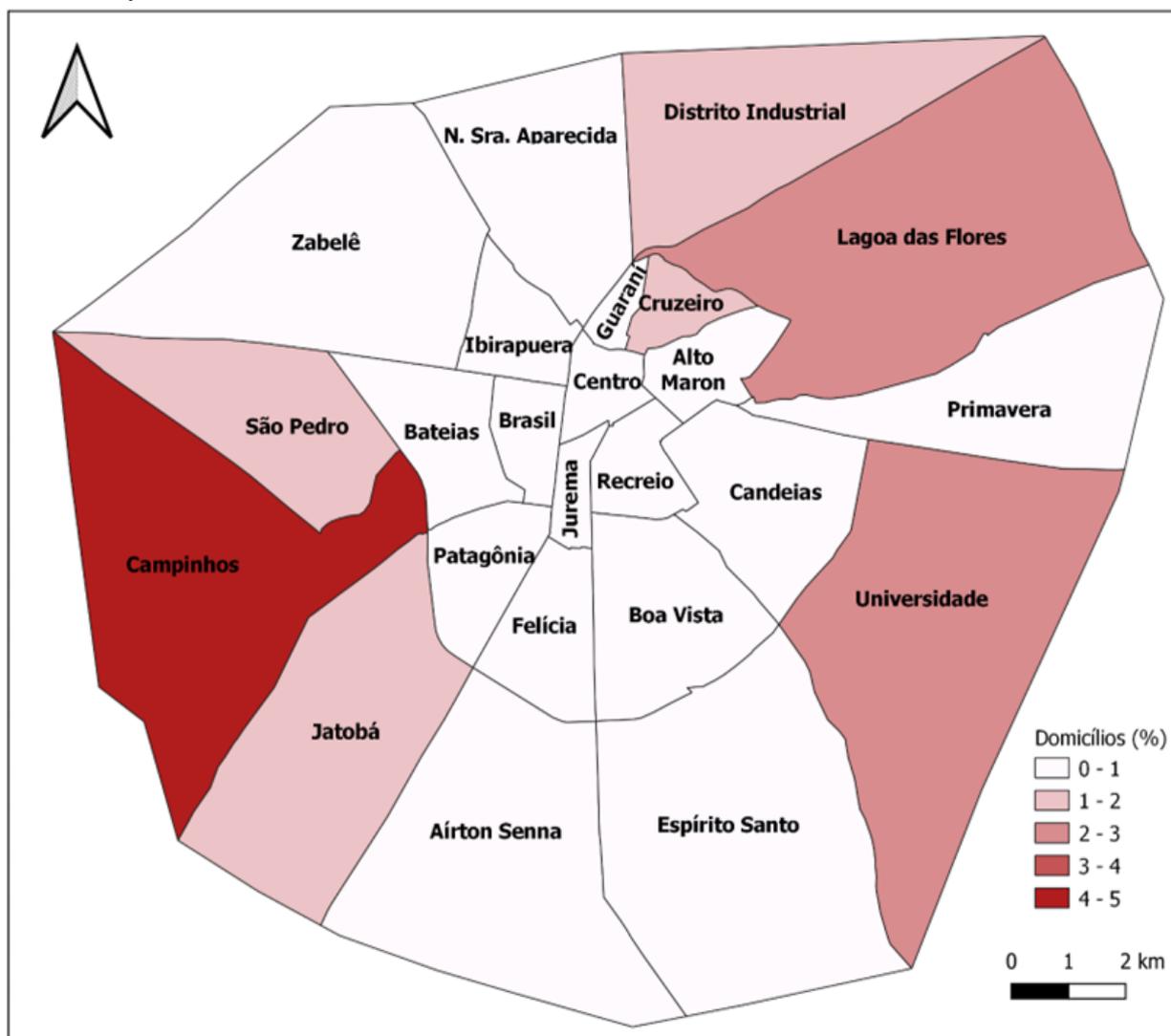
Censo 2010. Elaborado por: Raquel Moitinho Trindade (2021).

A Figura 3 apresenta a localização dos bairros nos quais se tem a presença de rampas para cadeirantes. Assim como na anterior, essa figura possui a mesma característica de desigualdade. Esse déficit, se apresenta como problema para as mulheres desses bairros, principalmente aquelas que possuem familiares, ou ela própria, com algum tipo de problema de mobilidade que exigem o uso de rampas, isso reduz significativamente a sua capacidade de realizar atividades corriqueiras como ir às compras ou ao lazer. Atividades que se apresentam rotineiras para as que não demandam dessa acessibilidade. Além disso, a cidade se mostra como um palco de apresentações em que atores diferentes possuem desejos distintos e irão realizar as mais diversas ações para consegui-los. Ao passo que a

Estratégia de classe típica significa uma sequência de atos coordenados, planejados, com um único objetivo? Não. O caráter de classe parece tanto mais profundo quanto diversas ações coordenadas, centradas sobre objetivos diversos, convergiram, no entanto, para um resultado final. Evidente que todos esses notáveis não se propunham a abrir um caminho para a especulação; alguns deles, homens de boa vontade, filantropos, humanistas, parecem mesmo desejar o contrário (LEFEBVRE, Henri, 2008, p. 51).

O que mostra o tamanho do descompasso de igualdade no meio social, cujos favorecidos e desfavorecidos constantemente se enfrentam de forma subjetiva, mas que deixa rastros concretos. Como diferença ideológica e de direitos, respectivamente.

Figura 3 – Domicílios particulares permanentes por bairros com presença de rampas para cadeirantes em seu entorno em Vitória da Conquista- BA- 2010.



Fonte: Censo 2010. Elaborado por: Raquel Moitinho Trindade (2021).

Sendo visível a ausência de políticas públicas que revertam essa situação. A realidade dessa parcela feminina, parece ser propositalmente invisível para o Estado, seja por omissão ou por ação estratégica, na medida em que os recursos podem ser alocados em áreas onde a valorização do solo seja mais interessante para os capitalistas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas análises realizadas vê-se uma enorme discrepância de realidades na cidade de Vitória da Conquista – BA, onde o acesso a certos locais é restrito àqueles que tem as condições materiais e financeiras para os frequentar.

Entende-se que os problemas habitacionais que atingem de forma direta e indireta o ato de morar, como falta de pavimentação, iluminação pública, relacionados ao entorno, aos quais pode-se somar a falta de acessibilidade representada, dentre outras, pela falta de rampas para cadeirantes, é uma questão da aplicação desigual de políticas públicas para as cidades. Fazendo com que uma parcela da população fique à margem da sociedade pelo fato de não frequentarem locais que não lhes sejam acessíveis. Problemática ainda pior no caso das mulheres, ao passo que gerenciam seus lares com um rendimento insuficiente; perpassam por preconceitos; insegurança; e ainda convivem em locais de precariedade que lhes possibilitam mais privações permanecendo indefinidamente na mesma situação, permitindo que o ciclo da desigualdade se desenvolva permanentemente.

Enfatiza-se ainda, que a desigualdade de gênero se faz presente na sociedade brasileira desde sua formação, tratando as mulheres de forma diferenciada, tendo-as como inferiores e, de forma mais intensa, quando residem em locais precários, construindo permanências, evitando a reversão dessa situação, ao contrário, faz-se a continuação desse cenário por gerações.

A cidade capitalista se forma assim, longe do ideal de desenvolvimento igual para todos. A segregação espacial em bairros “ricos” e “pobres”, mantém a desigualdade nos direitos como o de ir e vir, corrompendo a cidadania na medida em que não cria as condições para que todos se sintam participantes e efetivos produtores da cidade. Nesse sentido é importante destacar que Vitória da Conquista – BA, tomando a análise dos dados do IBGE, tem uma quantidade reduzida de domicílios situados em ruas com a presença de rampas para cadeirantes. E essa condição, sem dúvidas leva ao entendimento de que, dada a desigualdade social e de renda e a prevalência de mulheres “solo” chefiando lares de baixa renda, o maior impacto dessa deficiência na acessibilidade recai sobre elas, pois, para além da jornada dupla de trabalho, ainda conta com elementos que ampliam as dificuldades no trabalho cotidiano.

Essa face da desigualdade apenas demonstra a necessidade de uma sociedade menos desigual e mais igualitária, com a garantia do acesso igual aos direitos, especialmente ao direito à cidade.

REFERÊNCIAS

- Fani, ana. A produção do espaço urbano. São paulo: moderna, 2012.
- Freyre, gilberto. Casa-grande e senzala. Viii. São paulo: global, 1984.
- Kowarick, lúcio. A espoliação urbana. I. São paulo: ática, 1998.
- Lefebvre, henri, direito à cidade. São paulo: centauro, 2001.
- Maricato, ermínia. Para entender a crise urbana. I. São paulo: saber, 2003
- Santana, mário rubem costa. As redes técnicas e a cidade: salvador no início do século xxi. I. Vitória da conquista: uesb, 2013.
- Smith, neil. O desenvolvimento desigual e combinado. Ii. Londres: new, 1998.